

Relatório Anual da Administração

As acionistas
A Administração da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - "ERTE", em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício de 2011, acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria trata o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A Companhia
A Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - "ERTE" tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica e a participação em outras sociedades. ANEEL, datado de 11 de dezembro de 2002, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), foi outorgada à Companhia a concessão do serviço de transmissão de energia elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 230 kV, com 179 km de extensão, com origem na subestação de Vila do Conde (ampliação) e término na subestação de Santa Maria (ampliação), ambas no Estado do Pará.

Sistema de transmissão
O sistema da ERTÉ integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia adquire a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

	2011	2010
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	99,99%	100,00%
A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que as linhas encontram-se disponíveis em um determinado período e o total de horas no período considerado.		

Pesquisa e desenvolvimento - P&D
Em 2011 a ERTÉ realizou os projetos: 1. Gestão 2.0. Tecnologia de sensores em fibras óticas para supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica. 3. Aplicação de nanotecnologia para redução da resistência de contatos em aterramento, e 4. Gestão 2011. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.tbe.com.br.

Responsabilidade socioambiental
A ERTÉ desenvolve ações relacionadas à prevenção de meio ambiente da faixa de servidão, como limpeza e campanha contra queimadas, incluindo palestras em escolas e divulgação de folhetos, promovendo a comunicação social junto às comunidades envolvidas.

Desempenho econômico-financeiro
As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). No exercício de 2011 os resultados da Companhia foram:

	Regulatório	Societário
Lucro líquido	16.055	18.406
EBITDA	21.500	21.805
Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradores, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.		

A Diretoria

Balancos Patrimoniais - 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10	Reclassificado
Ativo			
Circulante	5		
Caixa e equivalentes de caixa	6	289	1.763
Títulos e valores mobiliários	7	2.138	2.721
Contas a receber ativo financeiro	8	32.383	30.442
Estoques		3.106	1.043
Adiantamento a fornecedores		7.256	1.836
Outras contas a receber		765	523
	45.937	37.728	
Não circulante			
Contas a receber ativo financeiro	8	78.990	67.410
Outros ativos		297	134
Intangíveis		98	38
Imovizáveis		49	60
	79.434	67.642	
Total do ativo	125.371	105.370	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Balancos Patrimoniais - 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10	Reclassificado
Passivo			
Circulante			
Emprestimos e financiamentos	9	5.277	5.217
Fornecedores		627	489
Tributos e contribuições sociais a receber	11	941	494
Dividendos declarados		22.213	14.370
Taxas regulatamentares		813	674
Outras contas a pagar		372	202
	30.243	21.546	
Não circulante			
Emprestimos e financiamentos	9	14.695	19.564
Adiantamento de clientes		780	84
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	2.009	1.840
Adiantamento para futuro aumento de capital		46	2.493
Outros passivos		46	
	17.530	23.981	
Patrimônio líquido			
Capital social		36.941	23.400
Reservas de lucro		29.894	36.443
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		10.763	
Total do patrimônio líquido dos serviços públicos de energia elétrica - valor exercido social		77.598	59.843
Total do passivo e patrimônio líquido	125.371	105.370	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	2011	2010
Saldos em 31 de dezembro de 2009		
Lucro líquido do exercício	23.400	23.400
Destinação proposta à AGO:		
Reserva legal	-	-
Dividendos declarados	-	-
Reserva de lucro do exercício	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	23.400	23.400
Aumento de capital	13.541	13.541
Lucro líquido do exercício	16.055	18.406
Destinação proposta à AGO:		
Reserva legal	-	-
Dividendos declarados	-	-
Reserva de lucro do exercício	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	36.941	44.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado e dos Resultados Abrangentes
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10
Receita operacional líquida	14	37.796
Custo operacional		
Pessoal	(659)	(531)
Material e serviços de terceiros	(1.768)	(1.552)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica	(134)	(123)
Custo de desenvolvimento de infraestrutura	(12.485)	(816)
Outras	(38)	(31)
	(15.084)	(3.024)
	22.712	22.772
Lucro bruto		
(Despesas) receitas operacionais		
Administrativas e gerais	(488)	(371)
Pessoal e administradores	(419)	(458)
Depreciação e amortização	(95)	(25)
	(962)	(854)
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	21.750	21.363
Despesas financeiras	15	(2.687)
Receitas financeiras	15	593
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	19.667	18.734
Imposto de renda e contribuição social	16	(1.092)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(169)
	(1.261)	(1.140)
Lucro líquido do exercício	18.406	17.594
Lucro por ação básico e diluído - R\$	0,50	0,75
Quantidade de ações ao final do exercício	36.940.800	23.400.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10
Fluxos de caixa das atividades operacionais	19.667	18.734
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		
Itens que não afetam as disponibilidades		
Amortização e depreciação	44	25
Despesa de juros e variação sobre empréstimos	2.629	2.834
Baixa de ativos e variação sobre empréstimos	20	-
	22.360	21.593
(Aumento) redução no ativo		
Títulos e valores mobiliários	(17)	153
Adiantamentos a fornecedores	(5.420)	(761)
Contas a receber ativo financeiro	(13.521)	(2.428)
Estoques	(2.063)	(29)
Devedores diversos	(404)	(2.103)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	138	2
Tributos e contribuições sociais pagos	(645)	(716)
Taxas Regulatamentares	139	111
Credores diversos	812	(1.683)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.379	14.860
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no imobilizado	(84)	(8)
Aplicações no intangível	(29)	(49)
	(113)	(57)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	13.541	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(2.493)	-
Pagamentos de dividendos	(6.350)	(8.877)
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(7.438)	(8.070)
	(13.841)	(13.947)
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	(1.474)	1.349
Saldo no início do exercício	1.763	414
Saldo no final do exercício	289	1.763
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	(1.474)	1.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - "ERTE" (a "Companhia" ou "ERTE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 30 de setembro de 2002 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Tenente Negrão, 166 - 6º andar - Sala C - São Paulo - SP. A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 compreendem as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretadas e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela Companhia em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 compreendem as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretadas e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela Companhia em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2 Base de preparação e apresentação: Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente os totais apresentados. **2.3 Moeda funcional e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **3. Sumário das principais práticas contábeis:** **3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos em ações, títulos, contratos de derivativos, instrumentos de liquidação através de títulos patrimoniais da própria entidade. Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros de curto prazo, os quais são reconhecidos pelo seu valor justo por meio do resultado. **3.2 Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo:** Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo são reconhecidos pelo custo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros de curto prazo, os quais são reconhecidos pelo seu valor justo por meio do resultado. **3.3 Contas a receber - ativo financeiro:** De acordo com a ICP 01, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou intangíveis, mas sim como ativos financeiros. Os contratos de concessão são reconhecidos como ativos financeiros a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é derivado ao custo amortizado. A Companhia classifica como caixa e equivalente de caixa os instrumentos financeiros que tenham prazo de vencimento inferior a 12 meses e sejam reconhecidos pelo seu valor justo por meio do resultado. **3.4 Baixa de ativos financeiros:** A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebíveis na transação. **3.5 Estoques:** Os materiais e equipamentos em estoque são reconhecidos pelo custo histórico menos a provisão para depreciação e perda. **3.6 Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um contrato legal e obrigatório de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensar o ativo ou liquidar o passivo simultaneamente. **3.7 Imposto de renda e contribuição social:** **3.7.1 Correntes:** A Companhia está sob o regime de tributação pelo lucro presumido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. **3.7.2 Diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, desde que os ativos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.8 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia

normalmente impactou as demonstrações contábeis da Companhia vez que os requerimentos estabelecidos por essas alterações já haviam sido adotados pela Companhia nas demonstrações contábeis. **5. Reclasseificação dos saldos em 31/12/2010:** Para melhor apresentação das demonstrações contábeis, a Companhia procedeu às seguintes alterações nos saldos apresentados em 2010: **• Rubricas com saldos individualmente ímateriais foram agrupadas em "Devedores Diversos" e "Outros Ativos",** nos ativos circulante e não circulante, respectivamente, e "Credores Diversos" e "Outras Obrigações", nos passivos circulante e não circulante, respectivamente. **• Os saldos correspondentes às contas reservas vinculadas aos empréstimos junto ao BNDES, originalmente apresentadas como redutores dos saldos de empréstimos no passivo dos ativos foram reclassificadas para o ativo circulante como "Títulos e Valores Mobiliários".** **6. Caixa e equivalentes de caixa:**

	31/12/11	31/12/10
Caixa	6	1
Bancos - depósitos à vista	223	47
Aplicações financeiras	289	1.715
	518	1.763

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas praticadas pelo mercado em operações financeiras semelhantes, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI a taxas que variam de 99% a 101% (98% a 101% em 2010). **7. Títulos e valores mobiliários:** Em 31/12/2011 a Companhia manteve saldo de R\$ 2.138, (R\$ 2.121 em 2010) referente a conta de reserva vinculada ao financiamento com o BNDES. **8. Contas a receber - ativo financeiro:** Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União - Poder Concedente e a Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A., regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde: **•** O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados; **•** Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante o pagamento de uma indenização, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das Companhias. A Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICP 01 - Contratos de Concessão, a qual indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ERTÉ é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: **a)** Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; **b)** Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando-se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa. **9. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos como passivos quando o valor residual avaliado ao custo histórico, por falta de uma metodologia adequada a mensuração de seu valor. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos e foi determinada conforme demonstrado a seguir: **Saldo em 31 de dezembro de 2010** **97.852**
Receita de operação e manutenção **37.773**
Receita de remuneração dos ativos da concessão **2.138**
Receita de desenvolvimento de infraestrutura **12.485**
Realização do ativo financeiro (recebimento) **(26.174)**
Saldo em 31 de dezembro de 2011 **111.373**

	31/12/11	31/12/10
9. Empréstimos e financiamentos:		
Circulante		
Encargos	90	5.187
Principal	14.695	19.972
Total	14.785	25.159
Não circulante		
Encargos	90	5.187
Principal	14.695	19.972
Total	14.785	25.159

Os financiamentos tem 87% do saldo devedor atualizados pela TJLP e juros de 5% ao ano, e 13% atualizado pela Cesta de moedas e juros de 5% ao ano. A quitação ocorre em 126 prestações mensais, com vencimentos finais em 2015. Em garantia foram oferecidos o melhor dos direitos empenhados da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela ALUPAR em da constituição de conta reserva. Os contratos com o BNDES exigem a manutenção de certos índices financeiros e o cumprimento de outras obrigações específicas. A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros definidos em Contrato. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas. As cláusulas restritivas estão relacionadas ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), ao longo de todo o prazo do financiamento. Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos a longo prazo são como segue:

	31/12/11	31/12/10
10. Taxas regulatamentares:		
Imposto de renda global de reversão - RGR	50	60
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	72	60
Taxa de fiscalização - ANEEL	691	552
	813	674

11. Tributos e contribuições sociais:
Passivo circulante
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ **281**
PIS e COFINS **15**
Contribuição Social - CSLL **113**
ICMS **21**
Outros **511**
941

12. Contingências: A Companhia discute temas, que na opinião de seus assessores legais, tem probabilidade de êxito, classificado como "passível" e diante desse pressuposto, não procedem pela Companhia, a qualquer provisoriedade de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas. No exercício de 2011 o valor envolvido estimado foi de R\$ 1, em processos trabalhistas. **13. Patrimônio líquido:** **13.1 Capital social:** O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 36.941, representado por 36.940.800 ações ordinárias, sem valor nominal.

	31/12/11	31/12/10
13.2 Reserva de lucro:		
Reserva de lucro retidos	17.594	18.406
Destinação para dividendos	10.763	
14. Receita operacional líquida: A Receita operacional líquida é composta da seguinte forma:		
Receita operacional bruta	39.695	27.022
Receita de operação e manutenção	(3.249)	(3.249)
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	12.485	816
Receita de remuneração dos ativos da concessão	23.437	22.907
Deduções da receita operacional	(1.899)	(1.753)
PIS	(174)	(160)
COFINS	(805)	(739)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(12)	(12)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(249)	(238)
Receita operacional líquida	37.796	25.269

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

CNPJ nº 05.321.920/0001-25

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)**16. Imposto de renda e contribuição social:**

	31/12/11		31/12/10	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional	39.695	39.695	27.023	27.023
Ajustes decorrentes do RTT (a)	(12.862)	(12.862)	(2.374)	(2.374)
Receita operacional ajustada	26.833	26.833	24.649	24.649
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	2.147	3.220	1.972	2.958
Receitas financeiras	848	831	510	510
Base de cálculo	2.995	4.051	2.482	3.468
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15 % e 10%	9%	15% e 10%	9%
Imposto de renda e contribuição social	725	366	596	312

a) Regime tributário de transição: A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais. Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's. **17. Instrumentos financeiros:** Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não diferem significativamente daqueles registrados nas

demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. **a) Financiamentos:** O valor contábil dos empréstimos e financiamentos tem suas taxas atreladas à variação da TJLP e cesta de moedas e se aproxima do valor de mercado. **b) Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados: (I) *Risco de crédito* - A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 208 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária; (II) *Risco de preço* - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M; (III) *Risco de taxas de juros* - A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP e Cesta de Moedas; (IV) *Risco de liquidez* - A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL; (V) *A Administração* da Companhia não considera

relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. **18. Partes relacionadas:** Em 2011 a remuneração anual da Administração, incluindo Diretores e Conselho de Administração foi o total de R\$ 113, compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. **19. Benefícios a empregados:** A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas. **20. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens relevantes das subestações sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os bens relevantes das subestações da Companhia estão segurados por apólice com vigência de 21 de abril de 2011 a 21 de abril de 2012, com cobertura para incêndios, queda de raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos, vendaval/fumaça, tumultos, greves, lock-out e atos dolosos, roubo, lucros cessantes e despesas de salvamento e contenção de sinistro. O prêmio anual montou em R\$ 2. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **21. Compromissos assumidos:** A Companhia mantém contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo da concessão no valor mensal de R\$ 73.

O Conselho de Administração

A Diretoria

Contadora - Satiko Rosangela Sato Sinbo - CRC 1SP179231/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as

normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações

contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE** em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2012

ERNST & YOUNG TERCO

Quality In Everything We Do

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passeti

Contador CRC-1SP144343/O-3
Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-S-SP